



SENADO FEDERAL

Consultoria Legislativa

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA)

Data da reunião: 12/06/2024
Presidente: Senador Alan Rick

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	PL 1548/2022 (Substitutivo-CD) Ementa: Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para estender ao farelo e ao óleo de milho o mesmo tratamento tributário concedido à soja relativamente à incidência da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Não Terminativo	Senadora Tereza Cristina	Pela aprovação do Projeto.	Trata-se de texto substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados ao PLS 117/2018, a fim de excluir do projeto original o tratamento tributário proposto para o milho em grão, que já teria adequado tratamento tributário. - A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação. - Votação simbólica.
2	PL 2647/2022 Ementa: Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a fim de incluir o incentivo à aquisição de equipamentos para a produção de energias renováveis entre as prioridades da política agrícola. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Não Terminativo	Senador Alan Rick	Pela aprovação do Projeto e da Emenda 1-CI.	A iniciativa prevê, na Lei de Política Agrícola, que o poder público deverá incentivar a aquisição de equipamentos que utilizem a energia solar, energia eólica ou biomassa, por meio de linhas de crédito diferenciadas, principalmente para a agricultura familiar. A CI aprovou parecer favorável ao projeto com emenda que altera o art. 2º do PL para incluir, entre as ações prioritárias, a aquisição de equipamentos para produção de biocombustível. - Em 12.12.2023, a Comissão de Serviços de Infraestrutura aprovou Parecer favorável ao Projeto com a Emenda 1-CI. - A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação. - Votação simbólica.

Consultoria Legislativa do Senado Federal
Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA)
Data da reunião: 12/06/2024

2

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
3	PDL 467/2023 Ementa: Susta os efeitos do § 9º do Art. 12 do Decreto nº 11.688, de 05 de setembro de 2023, que Altera o Decreto nº 10.592, de 24 de dezembro de 2020, que regulamenta a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, por meio de alienação e concessão de direito real de uso de imóveis, e sobre a destinação de terras públicas da União em consonância com os art. 188, art. 225 e art. 231 da Constituição, o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, e susta os efeitos do Ofício Circular nº 1296/2023/DF/SEDE/INCRA-INCRA, em 05 de outubro de 2023, com orientações acerca das alterações na regularização fundiária, ocorridas devido à edição do Decreto 11.688, de 05 de setembro de 2023. Autoria: Senador Marcos Rogério [tramitação] Não Terminativo	Senador Jaime Bagattoli	Pela aprovação do Projeto.	O PDL tem por finalidade sustar os efeitos da nova redação dada, pelo Decreto 11.688/2023, ao art. 12, § 9º, do Decreto 10.592/2020, que regulamenta a Lei 11.952/2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União, no âmbito da Amazônia Legal, e em terras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, por meio de alienação e concessão de direito real de uso de imóveis. Por conseguinte, susta os efeitos do Ofício Circular 1.296/2023/DF/SEDE/INCRA-INCRA, com orientações acerca das alterações na regularização fundiária, ocorridas devido à edição do Decreto 11.688/2023. - Em 08.05.2024, lido o Relatório na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. - A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento da tramitação. - Votação simbólica.
4	PL 752/2022 Ementa: Confere ao Município de Santa Rosa de Lima, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Meliponicultura. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senadora Ivete da Silveira	Pela aprovação do Projeto.	O PL busca conceder o título de Capital Nacional da Meliponicultura ao Município de Santa Rosa de Lima, no Estado de Santa Catarina. - Votação nominal.
5	PL 800/2024 Ementa: Altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências, para incluir o Índice de Desenvolvimento Humano-IDH entre os critérios de classificação de municípios na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-PNSAN. Autoria: Senador Jader Barbalho [tramitação] Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação do Projeto e da Emenda 1-T.	O PL pretende acrescentar um § 5º ao art. 7º da Lei 11.346/ 2006, estabelecendo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como critério a ser considerado para participação no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). A Emenda 1-T visa acrescentar um segundo parágrafo ao art. 4º da mesma Lei, para que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) seja utilizado como critério para priorizar os municípios menos desenvolvidos, no alcance da ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, do abastecimento e da distribuição de alimentos, incluindo-se a água, bem como das medidas que mitiguem o risco de escassez de água potável, da geração de emprego e da redistribuição da renda. - Em 25.03.2024, o Senador Mecias de Jesus apresentou a Emenda 1-T. - Votação Nominal.

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.
Para receber alertas de divulgação de Quadro-Síntese, escreva para conleg.apl@senado.leg.br.